

A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPE

Irene Kessia das Mercês do Nascimento¹; Maria da Conceição dos Reis²

¹Estudante do Curso de Pedagogia- CE – UFPE; E-mail: irene_kessia@hotmail.com

²Docente/pesquisadora do Depto de Administração Escolar e Política Educacional. – CE- UFPE. E-mail: cecareis@hotmail.com

Sumário: Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa de iniciação científica desenvolvida entre agosto de 2014 a julho de 2015 no Centro de Educação da UFPE que buscou analisar a inserção da temática étnico-racial nos Trabalhos de Conclusão de Curso de Pedagogia desta instituição no período de 2003 a 2013. Através da teoria freireana e da metodologia da história oral colhemos fontes orais e escritas que ajudaram a responder, analisar e interpretar como acontece esta inserção. Os resultados apontam que a inserção da temática étnico-racial nos TCC do Curso de Pedagogia da UFPE acontece através da presença de estudantes e docentes que se auto-identificam negras e consideram a educação das relações étnico-raciais importante para a formação docente, por isso, escolhem o tema para seus trabalhos de pesquisa e para intervenções pedagógicas.

Palavras-chave: educação das relações étnico-raciais; Lei nº 10.639/2003; Pedagogia.

INTRODUÇÃO

A História da humanidade revela que a luta do povo negro começa na resistência ao aprisionamento e à escravização que teve início no final do século XV e começo do século XVI e perdura até a atualidade, assumindo novas dimensões. Na modernidade, esta luta envolve temas com características de afirmação da identidade negra e de direitos políticos e sociais. A legislação educação brasileira reconhece, tardiamente, a necessidade da educação das relações étnico-raciais, mas a prática ainda reflete muitas lacunas que podem, de acordo com Souza, Reis e Menezes (2013) estarem relacionadas à implementação das “políticas públicas de educação, entre outros motivos, que não investiu na universalização dos conteúdos étnico-raciais, seja através da formação dos educadores ou de uma reestruturação do currículo escolar” (p.16). O ano de 2003 marca a inserção da educação das relações étnico-raciais no contexto, brasileiro, com efetiva participação e reivindicação dos Movimentos sociais negros. Surgem, em âmbito nacional, documentos legais enquanto um instrumento de promoção da igualdade para as pessoas negras, considerando as necessidades de reestruturação do currículo da educação básica e formação do educador. São eles: a Lei nº 10.639/2003 e a Resolução 01/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE). A primeira altera o artigo 26 da Lei nº 9394/96, obrigando os estabelecimentos públicos e particulares de ensino fundamental e médio, a inserir no seu currículo, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira e Africana. A segunda dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, indicando o atendimento à população afro-brasileira através de políticas de reparação, reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade negra. Santos (2005) não desconsidera a relevância desses documentos legais, porém, destaca a ausência da reorganização das licenciaturas no que se refere aos seus programas de formação docente para atender a Lei nº 10.639/2003 e suas diretrizes. No ano de 2006 o CNE aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia orientando que a formação do pedagogo deve atender, entre outros, para a diversidade social e cultural, a consciência da diversidade e o

respeito às diferenças étnico-raciais (BRASIL, 2006).Essas problematizações deram origem à esta pesquisa. A base teórica desse estudo esteve pautada nas ideias de Paulo Freire, que contribuiu com esta pesquisa em busca de uma possível reestruturação curricular que contribua para superação da relação: opressor-oprimido. Para Freire (2011) existem possibilidades de superar as contradições a partir das opções que são feitas pelos educadores. É assim que a concepção freireana apresenta educação como ato político, percebendo que não há educação que seja neutra diante das relações estabelecidas na sociedade. Para uma prática educativa que contribua com o processo de libertação é preciso que a formação docente seja repensada. As mudanças sociais exigem cada vez mais novas atitudes desse profissional, que precisa estar preparado para enfrentar os desafios. Por isso, fazer opções e manter a coerência de sua prática é uma exigência feita a todos os educadores que buscam mudança. Freire (2001) lembra que, ao optar por uma educação progressista, o educador precisa considerar e agir através de uma prática democrática; precisa ter competência científica, dominando o conhecimento dos conteúdos que ensina e das técnicas que facilitam este ensinar, para que possa gerar nova aprendizagem para si e para o educando, despertando a disciplina intelectual, expressividade, curiosidade, criatividade e criticidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, que teve como objetivo a análise da inserção da temática étnico-racial nos TCC de Pedagogia da UFPE no período de 2003 a 2013, seguimos ao encontro de fontes orais e escritas através das histórias narradas pelas estudantes entrevistadas e seus TCC da UFPE que discutem sobre questões étnico-raciais. Buscamos responder *Como acontece a inserção da temática étnico-racial nos TCC de Pedagogia da UFPE?* Para aprofundamento teórico optamos por encaminhar esta pesquisa através da teoria freireana e da abordagem metodológica da história oral. Para início foi realizada a identificação da temática nos TCC através da página eletrônica do Centro de Educação da UFPE. No segundo momento, realizamos as entrevistas com estudantes concluintes do curso de pedagogia que entre o período de 2003-2013, tenham elaborado seu TCC sobre temas referentes à questão étnico-racial. Para análise utilizamos técnica de análise de conteúdo, com ênfase na análise temática apresentada por Bardin (1997). Com os artigos dos TCC encontrados no *site*, selecionamos as fontes escritas. Para isso, realizamos a leitura de seus títulos e das palavras chaves que, de alguma forma tivesse relação com a temática, o que chamamos de temas transversais. Assim, foram catalogados e lidos 31 trabalhos, desses, 22 eram de temas transversais e não correspondiam ao que interessava, pois, não discutiam temas que estivessem relacionados com a temática e, apenas, 8 trabalhos eram direcionados a discutir a temática. Esses últimos, juntamente com outros encontrados posteriormente com a ajuda de professores orientadores, foram os que nos interessaram. Realizamos contatos com os autores dos TCC por e-mail e também por telefone e obtivemos respostas de 4 pessoas. Com elas realizamos as entrevistas narrativas, momento em que ouvimos as autoras narrarem parte de sua história de vida acadêmica, como também experiências fora da universidade sobre seu processo de construção de identidade negra e sobre sua formação profissional.

RESULTADOS

Ao analisar a inserção da temática étnico-racial nos Trabalhos de Conclusão de Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco no período de 2003 a 2013 um dado nos chama atenção: observamos que após a aprovação da Lei Federal Nº 10.639/2003, apenas no ano de 2007 foi apresentado o primeiro trabalho. Analisando os TCC identificamos que os assuntos tratados têm os seguintes focos: a lei nº 10.639/2003, a

formação docente e as modalidades de ensino: Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos. Sobre a Temática Étnico-Racial e a EJA- os trabalhos revelam o receio das pessoas em afirmarem sua identidade racial. Nos trabalhos que envolvem a Temática Étnico-Racial e a Educação Infantil, observamos que o ambiente escolar é apresentado de forma harmonicamente bem, vivendo numa ‘democracia racial’, onde não existe racismo entre as crianças que estão nesse nível escolar. Sobre a Temática Étnico-Racial e a Lei, é notório observar algo em comum nos resultados de pesquisas feitas pelas graduadas no que diz respeito à falta de capacitação dos professores das escolas da Rede Pública da Região Metropolitana do Recife-PE, em relação à prática pedagógica das questões étnico-raciais. E, finalmente, através dos trabalhos que abordam a Temática Étnico-Racial e a Formação dos Professores, os TCC revelam que a valorização da temática aconteceu de fato, após a aprovação da Lei Federal Nº 10.639/2003, pois, antes os professores não demonstravam esse interesse. As entrevistadas reclamam das poucas vezes que os docentes provocaram discussões direcionadas ao tema; reclamam do currículo que não discute a inserção do tema de forma privilegiada, enquanto conteúdo programático das disciplinas e também reclamam que poucas ações eram direcionadas a contemplar a educação das relações étnico-raciais, mesmo havendo a implantação da lei nº 10.639 desde o ano de 2003. Com a interpretação das fontes, inferimos que o curso de Pedagogia da UFPE, mesmo de forma tardia e insipiente, tem contribuído com essa discussão. Por conta da lei as discussões sobre a temática foram ganhando espaço dentro do curso. As fontes também nos levam a inferir que, ao optar por discutir a temática nos TCC, as estudantes, através da realização da pesquisa de campo, são provocadas a perceber a situação em que se encontram essa discussão no campo da Educação Básica, revelando os problemas que ainda existem e refletindo sobre como trabalhar o tema durante sua vida profissional. Ao realizar leituras para a fundamentação teórica da pesquisa, as estudantes se apoderaram de uma linguagem, mais acadêmica, que ampliou seus conhecimentos sobre o que os pesquisadores pensam sobre a temática.

DISCUSSÃO

A partir dos resultados, ressaltamos a importância do Curso de Pedagogia para se pensar criticamente sobre determinados assuntos educacionais. A ausência do tema nas proposições dos docentes do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPE no período entre 2003 e 2013, foi ressaltada pelas fontes. Em alguns casos, eram as próprias estudantes que provocavam a discussão, numa que está de acordo com o que rege as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Estudantes, ao se comportar desta forma, divulgam conhecimentos, desenvolvem “atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade” (BRASIL, 2004). A temática no curso de Pedagogia começa a se expandir para seminário, palestras e debates, após a chegada da professora Dayse Moura e de outras professoras pesquisadoras da área que na sua prática docente estimulam a reflexão sobre o assunto. Dos 17 (dezessete) trabalhos encontrados, 13 (treze) tiveram a orientação da professora Dayse Moura que ingressou na docência da UFPE no ano de 2010. A prática da docente nos remete a reflexão freireana de nossa condição de educadores que considera a natureza política da educação em seu processo de conscientização crítica da realidade dos estudantes que a partir deste processo possam se libertar da opressão e transformar o percurso de sua história. Pautando a temática da educação das relações étnico-raciais em suas aulas, a professora provoca suas estudantes a repensar as relações sociais, raciais e de gênero na educação e na sociedade. Além do incentivo das professoras que motivaram as

estudantes a aprofundar a temática, poderemos inferir que a inserção da temática étnico-racial nos TCC de Pedagogia também é causada pela entrada de estudantes que, como as professoras, também já tinham sua identidade negra assumida. Pois quando um (a) estudante chega ao curso sabendo o que quer e encontra um (a) pesquisador (a) que lhe inspira para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, a decisão fica mais fácil. No entanto é inegável que existem contribuições do curso de Pedagogia para educação das relações étnico-raciais dos (as) estudantes, através de grupos de estudos, palestras, aulas e até, simplesmente pela presença de pessoas negras, com elevadas autoestima, que ‘desfilam’ com trajes e cabelos estilo afros pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. É com ajuda de docentes e estudantes negras que se preocupam com a educação das relações étnico-raciais na formação do pedagogo que, numa concepção freireana, a pedagogia que se expressa de forma conservadora e opressora vai sendo substituída pela pedagogia progressista que liberta o oprimido, problematiza, contextualiza e utiliza o diálogo nas relações. A prática pedagógica, assim constituída, provoca e estimula um repensar na formação docente no curso de Pedagogia da UFPE. Para Freire (2001) ao optar por uma educação progressista, o educador considera e age através de uma prática democrática, com competência científica, domínio dos conteúdos que ensina despertando a curiosidade, criatividade e criticidade.

CONCLUSÕES

Avaliamos que a pesquisa do PIBIC 2014/2015, sobre a Temática Étnico-Racial nos Trabalhos de Conclusão de Curso de Pedagogia da UFPE no período de 2003 a 2013, foi de extrema relevância. Este estudo permitiu conhecer o perfil dos estudantes que pesquisam sobre a temática, identificar docentes que pesquisam sobre o assunto e, também perceber como o curso implementa a lei nº 10.639/2003 para contribuir com a formação dos docentes para atuarem com a Educação Básica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as autoras de TCC entrevistadas por nos ajudar com suas narrativas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. 226p.

BRASIL. *Resolução CNE/CP 01/2004*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União. Brasília, 22 de junho de 2004.

_____. *Resolução CNE/CP 01/2006*. Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 9. ed. SP: Paz e Terra, 2001.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

SANTOS, Sales Augusto. A Lei nº 10.639/2003 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: SECAD. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003 SECAD/MEC*. Brasília, 2005.

SOUZA, Edílson Fernandes; REIS, Maria da Conceição; MENEZES, Vilde. *Política de educação das relações étnico-raciais: Especificidades e caminhos da legislação brasileira*. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.08-30, jan./jun.2013.